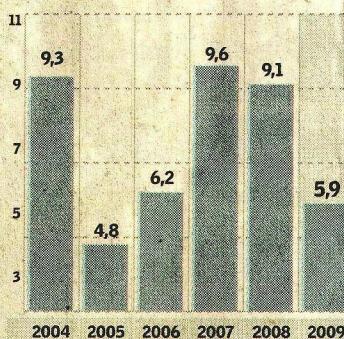


Mais fatias no bolo

Queda da inflação e aumento da renda ajudam a reduzir a desigualdade no país

A força do varejo

Vendas do comércio varejista (em %)



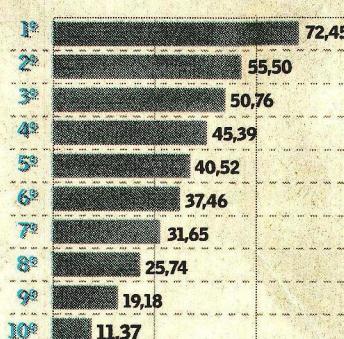
Menos desigual

A evolução do índice de Gini



Aavanço do rendimento

Por décimo de renda (2001 a 2008)*



Mais baixa e mais estável

A evolução do IPCA (em %)



Fonte: IBGE e BC. Elaboração: Centro de Políticas Sociais da FGV. * Divisão dos 10% mais pobres aos 10% mais ricos. ** Projeção do mercado, segundo pesquisa do BC

Controle da inflação e juros cadentes colaboram

De São Paulo

O avanço expressivo do consumo a partir de 2004 se sustenta na melhora do emprego e da renda e na ampla oferta de crédito, num cenário marcado pela inflação sob controle. Com índices de preços mais baixos e mais estáveis, os aumentos de salários se traduzem em ganhos reais mais elevados para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que aumenta a previsibilidade na economia. Isso encoraja bancos a conceder empréstimos por prazos longos e dá confiança ao consumidor para assumir dívidas por períodos dilatados.

O economista-chefe do LCA Consultores, Bráulio Borges, atribui bastante importância à recuperação do mercado de trabalho nos últimos anos para explicar o aumento expressivo do consumo. Há uma forte geração de empregos formais. Mesmo em 2009, ano de crise, foram criados 995 mil postos com carteira assinada. No

primeiro trimestre deste ano, já surgiram mais 657,3 mil vagas. São postos de trabalho de melhor qualidade, que pagam mais. A taxa de desemprego fechou março em 7%, na série livre de influências sazonais, a mais baixa da série histórica iniciada em 2001. Com o mercado de trabalho aquecido, a renda cresce de modo consistente.

Borges chama a atenção também para o papel dos aumentos elevados do salário mínimo concedidos nos últimos anos. Em 2009, a alta foi de 12% e neste ano, de 9,7%. "Isso tem um peso muito importante nas regiões Norte e Nordeste, já que há muitos aposentados com benefícios vinculados ao salário mínimo", afirma. O Bolsa Família também foi fundamental para elevar o consumo das classes de menor renda, e tem a grande vantagem de chegar aos mais pobres, como lembra o economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Neri.

Mas esse processo seria bem me-

nos relevante se a inflação não estivesse sob controle. O grande golpe na escalada de preços ocorreu em 1994, quando o Plano Real colocou fim à era da inflação estratosférica. Apesar disso, houve soluções inflacionárias no período pós-Real. O principal deles foi a inflação superior a dois dígitos em 2002, de 12,5%, em decorrência da forte desvalorização do câmbio, ocorrida num cenário de incerteza quanto ao que seria o governo Lula. Com uma política monetária ortodoxa, o Banco Central (BC) derrubou a inflação, contando com a ajuda da valorização do câmbio - para vários analistas, induzida em boa parte pela própria taxa Selic em patamares elevados.

A partir de 2005, quando o IPCA ficou em 5,7%, a inflação começou a se acomodar em níveis mais modestos. Essa tendência se consolidou nos anos seguintes e abriu espaço para a redução mais consistente dos juros. No ano passado, o IPCA ficou em

4,3%, um pouco abaixo centro da meta perseguida pelo BC, de 4,5%. Com índices de preços menores e mais previsíveis, o consumidor pode planejar a sua vida por prazos longos, diz Borges. "O brasileiro começou a pensar em termos de renda permanente, o que possibilita a compra de carros em cinco anos e a de imóveis em 30", afirma.

O controle da inflação, num cenário de juros cadentes foi importante para as instituições financeiras alongarem o prazo de empréstimos e financiamentos. "O crédito não existe em cenário de inflação alta", diz Renato Meirelles, sócio da consultoria Data Popular. Mudanças institucionais relevantes, como a regulamentação do crédito com desconto em folha de pagamento, também tiveram peso significativo nesse processo. De 2003 a 2009, o saldo das operações de crédito pulou da casa de 25% para cerca de 45% do Produto Interno Bruto. (S.L.)